



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2025**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos.....(.....) dias do mês de .....de dois mil e vinte e seis, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, neste ato representado pela Prefeita Jussara Maria da Silva, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.99.800/0001-85, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº 2209, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa....., com sede ....., cidade de....., CNPJ....., aqui denominada FORNECEDORA, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme homologada às fls....., datada(s) de....., atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2025, para a aquisição de relógios de ponto eletrônico com identificação biométrica, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme edital e anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 7589/2022.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objetivo a **aquisição de relógios de ponto eletrônico com identificação biométrica, sob o Sistema de Registro de Preços**, conforme edital e anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

**2.1.** O preço é o constante da proposta vencedora da licitação, correspondente a preços unitários e quantitativos, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	FABRICANTE /MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>RELÓGIO PONTO DIGITAL COM BIOMETRIA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Relógio de ponto eletrônico com impressão, que atende a portaria 671 do MTE;</li><li>Memória interna com capacidade para armazenar dados de 15.000 funcionários;</li><li>Capacidade de armazenamento de</li></ul>	124	UN		R\$	R\$



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

	<p>registro (MRP) de no mínimo 10 milhões de registros;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Display</i> colorido com tela <i>touchscreen</i> de 2.4" 320x240 com tela resistiva sensível ao toque;</li><li>• Identificação biométrica, cartão de proximidade e senha;</li><li>• <i>Nobreak</i> interno com autonomia de até 4hs;</li><li>• Capacidade de 15.000 digitais, com cadastramento de até 10 digitais por funcionário;</li><li>• Velocidade de impressão de no mínimo 100 mm/s;</li><li>• Capacidade bobina de no mínimo 400 metros;</li><li>• Acompanha 01 bobina de 400 metros;</li></ul> <p>Comunicação TCP/IP nativos, <i>web server</i> embarcado (acesso direto ao relógio de ponto via <i>browser</i>), e duas portas USB, com portas para módulos <i>WI-FI</i> (opcional) e GPRS (opcional);</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Compatível com a tecnologia 125khz <i>ask</i>;</li><li>• Identificação de usuários através de senha numérica;</li><li>• Comunicação automática com a nuvem via <i>id cloud</i> (opcional);</li><li>• 1 porta <i>ethernet</i> 10/100mbps nativa;</li><li>• 1 porta USB <i>host</i> (porta fiscal) para fiscalização de arquivo-fonte de dados (AFD);</li><li>• 1 porta USB <i>host</i> para importação e exportação de usuários e recebimentos de AFD;</li><li>• Bivolt automático;</li><li>• Permite cadastrar funcionário via <i>software</i> ou no próprio relógio através de teclado <i>touch</i>;</li><li>• LGPD – o relógio deve ter comunicação criptografada <i>https</i> no <i>firmware</i> do relógio;</li><li>• O fabricante do equipamento deve ser homologado com o sistema de gestão IPM;</li><li>• Garantia de 12 (doze) meses.</li></ul> <p><b>MODELO DE REFERÊNCIA:</b> CONTROL ID – ID</p>				
--	--	--	--	--	--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

	CLASS BIO PROX. OU EQUIVALENTE.					
--	---------------------------------	--	--	--	--	--

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO/REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**3.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**3.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**3.1.3.** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante reajustamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser respeitada a contagem da anualidade a partir da data do orçamento estimado e aplicado o previsto no artigo 1º, inciso II do Decreto Municipal 5807/2015, IPCA (IBGE) ou INPC (IBGE);

**3.2.** Nas hipóteses dos itens 3.1.1 e 3.1.12, a FORNECEDORA deverá solicitar a revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro) por e-mail dirigido para [contratos.smed@cachoeirinha.rs.gov.br](mailto:contratos.smed@cachoeirinha.rs.gov.br), anexando os seguintes documentos:

- a)** Planilha de custos, contendo data e número das Notas Fiscais, bem como o valor dos produtos, demonstrando a efetiva alta de preços e suas respectivas variações percentuais;
- b)** Pesquisa de preço dos produtos realizada junto a outros fornecedores, distintos dos atuais;
- c)** Notas fiscais de aquisição dos produtos e demais documentos que julgar pertinentes que demonstre que o fornecimento se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

**3.3.** A decisão a respeito do pedido de revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro) será proferida em conjunto pelo Secretário Municipal, pelo Gestor e pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 30 dias do recebimento do pedido, desde que acompanhada da documentação comprobatória.

**3.4.** A FORNECEDORA não poderá suspender o fornecimento enquanto pendente de decisão o pedido de revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro).

**3.5.** Compete ao Gestor da Ata de Registro de Preços enviar a documentação pertinente para a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Superintendência de Compras e Licitações, mediante memorando assinado em conjunto com o Secretário Municipal, para a formalização dos procedimentos relativos ao reequilíbrio e reajuste do preço, observado o prazo de 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data de confecção do termo de apostilamento ou aditamento;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E GESTÃO DA ATA**

**4.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, mediante crédito em conta bancária indicada pela fornecedora.

**4.2.** O pagamento fica condicionado à verificação da conformidade do objeto entregue ou do serviço prestado, quanto à quantidade, qualidade e demais condições pactuadas.

**4.3.** As despesas decorrentes da presente Ata correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria demandante, a serem indicadas no momento da emissão da Solicitação de Compra, da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

**4.4.** Em caso de atraso no pagamento imputável à Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir do término do prazo previsto no item 4.1 até a data do efetivo pagamento.

**4.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a fornecedora providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo previsto no item 4.1 a partir da regularização da documentação fiscal.

**4.6.** A gestão da Ata de Registro de Preços será exercida pela Secretaria Municipal de Educação – SMED, por intermédio da servidora Michelli Linhares de Bastos, cabendo às Secretarias demandantes a fiscalização das contratações dela decorrentes, por meio dos fiscais designados, conforme Anexo II do Edital.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**5.1.** O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da solicitação pela FORNECEDORA;

**5.2.** A FORNECEDORA ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ao seu vencimento;

**5.3.** Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente aos quantitativos entregues;

**5.4.** Os equipamentos deverão ser acompanhados de comprovante de entrega e instalação em duas vias que serão assinadas pelo responsável pelo recebimento de cada local;

**5.5.** Fica vedado o fornecimento parcial do quantitativo solicitado através de e-mail, mesmo por solicitação das Secretarias. Para os casos em que a detentora da Ata de Registro de Preços efetuar o fornecimento em quantidades inferiores ao total empenhado, esta fica obrigada ao fornecimento pelos valores empenhados, mesmo que haja pedido de reequilíbrio no período que anteceder a entrega do total empenhado, vedado o cancelamento de saldo de empenho;

**5.6.** A FORNECEDORA deverá realizar a entrega, instalação e configuração completa dos equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento, diretamente no local nela indicado, em dias úteis e em horário compatível com o funcionamento do órgão destinatário, evitando interrupções das atividades escolares ou administrativas;

**5.7.** Os equipamentos deverão ser integrados ao sistema IPM e testados em ambiente operacional para comprovar o pleno funcionamento;

**5.8.** O fornecedor deverá prestar treinamento presencial à equipe indicada pela Secretaria demandante, abordando operação, manutenção básica e procedimentos de emergência;

**5.9.** Qualquer incompatibilidade detectada deverá ser sanada antes do recebimento definitivo;

**5.10.** Deverá ser disponibilizado suporte técnico presencial, com atendimento em até 24 horas úteis após abertura de chamado;

**5.11.** Toda manutenção e substituição de peças deverá ser realizada nas dependências da Administração Municipal, com peças novas e originais, assegurando integridade do equipamento;

**5.12.** A FORNECEDORA deverá garantir 12 (doze) meses de garantia mínima para os equipamentos fornecidos;

**5.13.** Todos os componentes substituídos durante a garantia devem ser novos, originais e certificados pelo fabricante;

**5.14.** A FORNECEDORA é responsável por todos os custos de manutenção, transporte e mão de obra para correção de defeitos durante o período de vigência contratual;

**5.15.** É vedada a subcontratação de serviços de manutenção, devendo a FORNECEDORA possuir autorização formal do fabricante para execução de todos os serviços.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A presente Ata de Registro de Preços, firmada entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar no presente certame, terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, adotando como fundamento o artigo 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no artigo 187 da Lei 14.133/2021.

**6.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021 os quantitativos serão renovados, com fundamento no Enunciado CJF 42 e Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU.

**6.3.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula PRIMEIRA exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**6.4.** O reajuste de preços decorrente das contratações realizadas com base nesta Ata observará como data-base a do orçamento estimado, elaborado no mês de janeiro de 2026, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 5.807/2015, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 7.411/2022.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES**

**7.1. DO MUNICÍPIO:**

- a) contratar com aquele que detém o preço registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma;
- b) Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações ocorridas na vigência da Ata de Registro de Preços, quando não decorrente de execução contratual;
- c) Efetuar o pagamento do preço previsto em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal;
- d) Verificar periodicamente se os preços da ATA estão compatíveis com os valores de mercado;
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob o aspecto



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

f) Comunicar à FORNECEDORA, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

g) Notificar a FORNECEDORA quando da aplicação de penalidades.

**7.2. DA FORNECEDORA:**

a) Atender, nas condições estabelecidas no Edital, todos os pedidos de contratação e manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante o período da vigência da Ata de Registro de Preços, bem como prestar informações formais aos Fiscais desta Ata sempre que solicitado;

b) Garantir o fornecimento, instalação e configuração dos equipamentos, ficando sujeito às penalidades previstas quando entregar o objeto em desconformidade com o que foi contratado;

c) Atender as condições descritas no Edital e seus anexos;

d) Garantir suporte técnico durante o período de garantia, realizando a substituição de peças defeituosas em até 24 horas úteis;

e) Treinar a equipe técnica indicada pela Administração para operação e manutenção básica do sistema;

f) Garantir a compatibilidade e comunicação dos equipamentos com o sistema IPM.

g) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Registro de Preços, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

h) O aceite/aprovação dos equipamentos pela Administração Municipal não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**8.1.** A FORNECEDORA cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas a FORNECEDORA se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) ADVERTÊNCIA**, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

I.1 – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;

I.2 – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

**II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada a FORNECEDORA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

II.1 – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.

II.2 – dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.

II.3 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.

II.4 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.

II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.

II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

**III) A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada a FORNECEDORA se:





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**IV) A MULTA** será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

- IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se a FORNECEDORA:
  - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando a FORNECEDORA não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa da FORNECEDORA em efetuar o reforço de garantia contratual;
- IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:
  - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
  - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**8.3.** Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

total do contrato:

- I – recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- II – recusa injustificada da FORNECEDORA em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**8.4.** Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos ao MUNICÍPIO.

**8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.7.** Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

**8.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO à FORNECEDORA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

**8.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.11.** A personalidade jurídica da FORNECEDORA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a FORNECEDORA, observados, em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.12.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** A Ata de Registro de Preços será cancelada nas seguintes hipóteses:

**9.2.** Quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições nela estabelecidas.
- b) Convocado, não comparecer para assinar a Ata, não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável.
- c) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art.156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata.
- e) Não atender às convocações e diligências realizadas pela Administração.

**9.3.** Quando não for obtido êxito nas negociações decorrentes de revisão do preço registrado.

**9.4.** Quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido da FORNECEDORA.

**9.5.** Nas hipóteses previstas nesta cláusula, o beneficiário da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Administração, ser obrigado a garantir o fornecimento pelo prazo de trinta dias.

**9.6.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços será formalizado por decisão de Processo Administrativo, devidamente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Fica eleito o Foro de Cachoeirinha para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

instrumento.

**10.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência à FORNECEDORA, em igualdade de condições.

**10.3.** É parte integrante desta Ata o(s) anexo(s) de registro de **Cadastro Reserva** de Fornecedores, conforme disposto no Art. 82 da lei 14.133/21.

**10.4.** A classificação do CADASTRO DE RESERVA não representa sua habilitação, fase pela qual será submetida somente por eventual substituição da fornecedora classificada como vencedora.

**10.5.** E, por estarem justos e combinados e de comum acordo com todas as cláusulas e condições aqui previstas, fica lavrada a presente Ata de Registro de Preços em 01 (uma) via, que será assinada pelas partes interessadas.

Cachoeirinha/RS,        de        de 2026.

**JUSSARA MARIA DA SILVA**  
Prefeita